



## “A LINGUAGEM ESCRAVIZADA”: PRÁTICAS EDUCATIVAS E Opressão DE RAÇA E GÊNERO

Joyce Aiane Bezerra Silva  
Janaiky Pereira de Almeida

*Universidade Federal Rural do Semi-Árido*  
[joyce.aiane@hotmail.com](mailto:joyce.aiane@hotmail.com)  
[janaiky.almeida@ufersa.edu.br](mailto:janaiky.almeida@ufersa.edu.br)

Resumo: O trabalho versa sobre as formas de educação e saberes que dissipam e reforçam a opressão vivenciada pelas mulheres negras no Brasil, tendo como contexto a sociedade patriarcal, racista e capitalista. O texto elaborado é fruto de uma revisão bibliográfica que teve como temas norteadores educação sexista, ideologia patriarcal, gênero e educação, opressão e racismo. Tendo como pressuposto o entendimento de que as práticas educativas também acontecem fora dos espaços formais a narrativa do trabalho contempla a vivência das autoras como mulheres negras em seus percursos de aprendizados sociais. Desta forma, o trabalho teve como objetivo explicitar como a educação formal e não formal expressam preconceitos e discriminação de raça e gênero. A partir da revisão bibliográfica temos como resultado que as práticas educativas são partes do tempo histórico e social que vivenciamos. Em uma sociedade marcada pelo preconceito e discriminação contra as mulheres e contra a população negra, dentre outros sujeitos, a linguagem e saberes, na maioria das vezes e dos espaços, expressam tais características, de forma explícita ou camuflada, reforçando a ideologia patriarcal e racista que lhe dá sustentação. Assim às mulheres negras são reforçados estigmas e discriminação que interferem diretamente nas suas formas de socialização desde a infância e tem repercussões e limitações nos espaços de formação e atuação profissional. A educação sexista e racista, portanto, deve ser questionada em todas as suas determinações em prol de práticas educativas e socialização de saberes que possam ampliar as dimensões de liberdade e valorização do ser humano, homens e mulheres, sem distinção de classe, sexo, raça, etnia, orientação afetivo sexual, religião, etc. Como afirma Paulo Freire (2011) uma educação libertadora em que os sujeitos sejam parte de todo o processo educacional que o envolve.

Palavras-chave: Relações patriarcais de gênero, educação sexista, racismo.

### Introdução

A linguagem é uma das formas de comunicação que se expressa não apenas no conhecimento literal da fala, mas em ações e gestos que dialogam e que expõe os pensamentos, reflexões e aprendizados sobre a realidade. A linguagem como comunicação não foge aos determinantes históricos e sociais que caracterizam determinada sociedade.

Nos processos de colonizações a linguagem e conhecimento sempre foram utilizados como forma de dominação. De acordo com Carboni e Maestri (2003) “para impor sua hegemonia política e social, os colonizadores tinham que manter o domínio ideológico, cultural, religioso e sobretudo linguístico” (p.27).

Na sociedade brasileira, patriarcal, capitalista e racista, a linguagem e práticas educativas expressam e reforçam as opressões de gênero e raça tanto nos espaços formais como nos



aprendizados repassados nas cantigas, nas danças e nos ensinamentos morais que recebemos desde a infância.

Tendo estes elementos como pressupostos de partida, levando também em consideração a vivência como mulheres negras, o trabalho teve como objetivo apresentar uma breve discussão sobre a educação racista e sexista presente na sociedade brasileira nos espaços de socialização e aprendizados formais e não formais.

Em um tempo de agudização das expressões de preconceito e intolerância, de avanço do conservadorismo e de agravamento das condições de vida da classe trabalhadora dialogar sobre as opressões e subordinações vivenciadas pelas mulheres negras na sociedade é central para mantermos fortalecidas as lutas de enfrentamento a todas as formas de preconceito, opressão e exploração.

## **Metodologia**

A realidade é objetiva e multideterminada. O conhecimento sobre esta é permeado de perspectivas e intencionalidades. Tal produção de conhecimento tem caráter histórico e determinações políticas, assim como é perpassado pela dimensão de classe, raça, condições objetivas e finalidades diferenciadas sobre as interpretações de como se configura as relações sociais na sociedade.

A justificação teórica do existente tende a ser uma visão conservadora da realidade que não a caracteriza em suas determinações históricas ou expressa suas contradições. O pensamento conservador, portanto, se sustenta em uma racionalidade instrumental que tem como propósito justificar como elemento natural do desenvolvimento da humanidade as situações de desigualdade presentes na mesma.

Relaciona-se a esta vantagem, que a classe burguesa tira da ciência para seus interesses próprios, a ausência de tempo livre da classe trabalhadora – e particularmente das mulheres – dada a sobrecarga de trabalho diário, para que possam se dedicar a atividades que lhes possibilitem problematizar sua condição de existência como trabalhador/a, ou sobre a função do desemprego estrutural na sociedade capitalista. (ALMEIDA, 2017).

A produção de conhecimento e a socialização do mesmo têm, portanto, caráter de classe, raça e de relações patriarcais de gênero. Na situação das mulheres, o desenvolvimento da ciência sempre as colocou em um papel secundário, tanto na própria elaboração de ideias sobre o mundo, quanto em uma racionalidade fundada



nas relações capitalistas e patriarcais que justificava o papel de subordinação das mulheres na sociedade.

Assim, explicitando o caráter de classe do conhecimento e sua relação direta com o tempo histórico em que é produzido Minayo (1996, p.21) situa que, “tanto os indivíduos como os grupos e também os pesquisadores são dialeticamente autores e frutos de seu tempo histórico”, assim como o próprio objeto de investigação. Nosso tempo se situa em um contexto de agudização da pobreza, de barbarização das condições humanas e do desvelamento de todas as formas de opressão e exploração perpetrados pela sociedade patriarcal e capitalista.

Desta forma, a pesquisa é um processo investigativo que possibilita uma aproximação da realidade, sendo esta sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela. Para este estudo utilizamos como fonte de coleta de dados sobre a realidade a revisão bibliográfica.

A revisão de literatura possui dois papéis interligados: 1 - Constituem-se em parte integral do desenvolvimento da ciência: função histórica. 2 - Fornecem aos profissionais de qualquer área, informação sobre o desenvolvimento corrente da ciência e sua literatura: função de atualização. (FIGUEIREDO, 1990, apud MOREIRA, 2004, p.23).

Assim, a revisão bibliográfica nos permitiu uma aproximação teórica ao tema exposto, o que subsidia nossa análise e reflete muitos dos elementos que visualizamos no cotidiano de aprendizado desde a infância referente à opressão de gênero e como esta é reforçada por meio das diferentes formas educacionais, formais e não formais.

## **Resultados e discussão**

Um dos sustentáculos para desigualdade entre homens e mulheres é a educação sexista, essa que é reproduzida diariamente em diversos âmbitos da vida. Podemos perceber inúmeros métodos utilizados para fortalecer, sob o argumento do determinismo biológico, a desigualdade e o sistema de opressão e exploração das mulheres. Justifica-se, por meio de tal argumento, a separação das habilidades, escolhas, qualificação, postura, brinquedos, entre outros elementos, além de estabelecer diferenças entre espaços que cada um deve ocupar na falsa separação das relações nos espaços públicos e privados, como se ambos não estivessem interligados a uma mesma dinâmica.



Seguindo essa linha de raciocínio é notório perceber que, a cultura de gênero e valores, tem como base a educação de homens e mulheres. É através desse ensino que a visão dos sujeitos é formada, e a partir disso refletida na sociedade. Contudo, para construção desse pensamento é importante lembrar que há participações de várias entidades, onde destacam-se, como suportes determinantes, a Família, Escola e Igrejas, essas têm um papel de extrema relevância, sustentando as ideias, e princípios morais de homens e mulheres.

O primeiro contato que se têm sobre conceitos, papéis que se deve exercer na sociedade, entre outros diversos princípios éticos e morais é na família. Este espaço expressa, em sua maioria, valores hegemônicos existentes na sociedade, muitas vezes, reforçando preconceitos e estigmas. A criança mesmo antes de nascer já tem um papel na sociedade, um modo que deve seguir. Percebe-se esse fato quando se vê as escolhas pelas roupas dos bebês, diferenciadas por cores, brinquedos específicos e vários outros aspectos encontrados antes mesmo do nascimento da criança.

Após o nascimento da criança, começa o enquadramento da mesma de acordo com o gênero que lhe é atribuído, não podendo de forma alguma haver trocas ou interfaces entre as distintas características do ser menino e ser menina na sociedade.

Em conjunto com a família vem à escola, como a instituição que tem um papel fundamental e indispensável na educação dos sujeitos. Porém é nesse meio que se encontra a predominância da educação sexista, com traços racistas. Sobre esse ensino Freire e Cisne (2015) afirmam:

As funções da escola estão diretamente ordenadas com o meio social. Sendo assim, docentes, funcionários(as) e estudantes são influenciados(as) pela busca de se manter dentro da suposta “normalidade”, não permitindo “desvios” com relação ao padrão conservador de gênero e sexualidade para homens e mulheres. Dessa maneira, as discussões que envolvem o contexto em questão, são embebidos de preconceito, intolerância e conceitos difundidos e naturalizados no senso comum. (p.8).

É na escola, na maioria das instituições, que se tem o fortalecimento de opiniões e valores impostos pela sociedade. A escola por ser um espaço legitimado, tem a possibilidade de instruir o/a aluno/a a pensar por meio de um direcionamento ideológico social, camuflado em ensinamentos e orientações tidas como as mais corretas, pela legitimidade do saber escolar/científico.

Percebe-se a diferença destinada desde os livros didáticos, revistas, jornais e nas brincadeiras e atividades pedagógicas. A maioria das



histórias infantis são contadas tendo a figura do homem como representação de força, inteligência, liderança, e a mulher é representada sempre como frágil, incapaz, indefesa, delicada que necessita do homem para protegê-la ou salvá-la. Também encontra-se nos livros infantis histórias que relatam apenas a cultura de homens e mulheres brancas, ou seja, o/a aluno/a negro/a fica perdido na aula sem encontrar pertencimento algum e muitas vezes para além do não pertencimento tem-se uma visão discriminada da população negra reforçada nas histórias infantis, muitas vezes, como a criada, a cozinheira, etc.

Também encontra-se nos livros imagens de meninas brincando de boneca, casinha, ou seja, como mulher do lar, já o homem é mostrado com bolas, caminhões, aviões, armas, elementos que mostram sua força, liberdade. Além desses fatos, ainda percebe-se que quase nunca vem imagem de pessoas negras nas ilustrações dos livros, permanecendo também algumas visões equivocadas e/ou limitadas sobre a participação de negros/as na constituição do povo brasileiro. Como afirma Gomes (1996):

A suposta primitividade da cultura negra também pode ser encontrada no cotidiano e nas práticas escolares. Ainda assistimos às festas escolares, principalmente na comemoração do dia do folclore, números em que os/as alunos/as representam a contribuição das “três raças formadoras”, enfatizando a cultura européia como a matriz e a índia e a negra como meros adendos, ou seja, algumas “contribuições” nos costumes, no vestuário, nas crenças. Nega-se, portanto, a riqueza de processos socio-culturais tão importantes e que são constituintes da formação da sociedade brasileira (p.5).

As peças teatrais nas escolas, sempre buscam os meninos brancos para fazer o personagem principal de força e símbolo de família feliz, e as meninas ficam com as personagens frágeis, e dificilmente a criança negra aparece em cena, e quando aparece é para fazer algo rápido ou então algo que represente subordinação como os papéis de empregados e pobres.

Nos espaços religiosos cristãos, particularmente, dialogando sobre o catolicismo e o fenômeno, no mês mariano da coroação de maria, esta é feita majoritariamente por meninas brancas, mesmo que as meninas negras tenham igual participação no âmbito da igreja, assim como a própria imagem das santas é traduzida como de mulheres brancas ainda que esta não reflita a imagem real.

A igreja é, assim como família e a escola uma instituição que na maior parte de ensinamentos e doutrinações reforça a educação sexista e racista na sociedade. Essa impõe ao sujeito como se portar, como agir e diversos outros



direcionamentos que não se atualizam com o tempo histórico, uma vez que se trata de doutrinas consideradas sagradas, a exemplo da orientação de que a mulher deve ser submissa ao homem, que a mesma é dona do lar, deve cuidar de seus filhos e esposo, e o homem é o chefe da casa que sustenta a família.

Há uma padronização na igreja, onde não se aceita a diversidade, gerando diversos preconceitos dentro da instituição. Todos os fatores citados influenciam na formação das crianças que ao se deparar com tal discurso, vai desenvolvendo pensamentos de acordo com aquelas doutrinas, com isso gerando mais uma vez uma educação sexista.

Percebe-se também que as pessoas negras, muitas vezes, têm dificuldade de encontrar pertencimento na igreja, pois nesta há ausência, por exemplo de costumes e crenças da população afro. É bom lembrar que na história, a escravidão foi apoiada por uma determinada religião que, utilizou de sua autoridade para permitir que uma população inteira fosse escravizada, utilizando a justificativa de que os negros não possuíam alma.

Soma-se ainda na dimensão religiosa a discriminação das religiões de matrizes africanas que são alvo de preconceitos e violência como as situações de incêndios criminosos a casas de candomblê<sup>1</sup> e a intolerância religiosa frente a tais expressões de espiritualidade, o que leva a população negra que frequenta tais espaços a vivenciarem sua religiosidade de maneira clandestina, muitas vezes não podendo expressar tal direcionamento nos espaços públicos e inclusive no próprio espaço de trabalho.

No ensino observa-se a naturalização hierarquizada na interposição de que os meninos sejam mais aptos para matérias de cálculos, e as meninas teriam mais aptidão na área de humanas. Com isso, grande parte das crianças incorporam este direcionamento, muitas vezes vindo a determinar que área profissional seguir, optando as meninas assim por áreas direcionadas aos cuidados e assistência como letras, pedagogia, Serviço Social, enfermagem, etc., frequentemente mais desvalorizadas, e os meninos, pelas áreas de cálculos como as engenharias.

De acordo com Beauvoir (2009) no processo educacional, desde a infância para as meninas são impostas normas que reprimem seu comportamento e movimentos espontâneos, “pedem-lhe que não tome atitudes de menino, proíbem-lhe exercícios violentos, brigas: em suma, a menina é incitada a tornar-se, como as mais velhas, uma serva e um ídolo” (p.377).

---

<sup>1</sup> Ver: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/09/policia-investiga-invasao-e-incendio-de-terreiros-de-candomble-em-go.html>



Na adolescência o controle da sexualidade se torna cada vez mais explícito na distinção entre o incentivo à iniciação sexual para os meninos e o retardamento desta para as meninas, para além do conhecimento do próprio corpo e da valorização/condenação dos órgãos sexuais. Ainda na infância e juventude

Tudo contribui para confirmar essa hierarquia aos olhos da menina. Sua cultura histórica, literária, as canções, as lendas com que a embalam são uma exaltação do homem. São os homens que fizeram a Grécia, o Império Romano, a França e todas as nações, que descobriram a Terra e inventaram os instrumentos que permitem explorá-la, que a governaram, que a povoaram de estátuas, de quadros e de livros. A literatura infantil, a mitologia, contos, narrativas, refletem os mitos criados pelo orgulho e os desejos dos homens: é através de olhos masculinos que a menina explora o mundo e nele decifra seu destino (BEAUVOIR, 2009, p.385).

De acordo com Almeida (2017), até a atualidade tal exaltação permanece, sem revogações em nomes de cidades, ruas, monumentos, os “grandes pensadores”, as pinturas, os meios de comunicação, todas estas instâncias permanecem intactas sem contextualizar o porquê das denominações, o porquê só se apresentavam grandes pensadores homens e brancos sob a negação histórica do acesso aos estudos e participação política por parte das mulheres e da população negra.

No caso das crianças negras, muitas vezes tem seu conhecimento subestimado, como se tivessem maiores dificuldades de aprendizado, um exemplo bem comum é o professor se referir ao aluno de forma preconceituosa, como: “Nossa esse negro é inteligente!”. Apesar do avanço referente ao debate de enfrentamento ao racismo na escola ele ainda é frequente, aparecendo muitas vezes de forma escamoteada.

O racismo tem gerado, no Brasil, um percurso histórico de exclusão escolar. Até hoje ainda há uma discrepância no acesso a Universidade, mesmo com a conquista das cotas. Em alguns cursos como medicina ainda são espaços elitizados e da população branca. Nos espaços de educação formal, de maneira geral, apesar da ampliação do acesso da população negra se comparado a décadas passadas, ainda há uma diferença de acesso entre brancos e negros.

De acordo com dados do IBGE (2016) intercalando a temática da desigualdade de gênero e raça “em 2015, entre as mulheres com 15 anos ou mais de idade brancas, somente 4,9% eram analfabetas; no caso das negras, este número era o dobro, 10,2%. Entre os homens, a distância é semelhante” (p.2).





Se examinarmos a escolaridade das pessoas adultas, salta aos olhos também o diferencial de cor/raça. Apesar dos avanços nos últimos anos, com mais brasileiros e brasileiras chegando ao nível superior, as distâncias entre os grupos perpetuam-se. Entre 1995 e 2015, duplica-se a população adulta branca com 12 anos ou mais de estudo, de 12,5% para 25,9%. No mesmo período, a população negra com 12 anos ou mais de estudo passa de inacreditáveis 3,3% para 12%, um aumento de quase 4 vezes, mas que não esconde que a população negra chega somente agora ao patamar de vinte anos atrás da população branca. (IPEA, 2016, p.2)

Tal desigualdade expressa o processo histórico caldatário do período de escravidão que ainda não foi superado em todos os âmbitos, mesmo no acesso de políticas públicas que deveria ser igualitárias para toda a população. Pessoas negras e principalmente mulheres negras tem mais dificuldade de acesso a políticas de saúde, são as que estão nos empregos mais precários e as que sofrem as maiores explorações nos espaços de trabalho, tanto relacionada a exacerbação do tempo, quanto as modalidades de trabalho em que estão inseridas. Temos assim, processos de inserção, aprendizados e experiências de caráter discriminatório, principalmente no que se refere a raça e gênero.

Outro mecanismo presente na socialização dos aprendizados e difusão de determinada forma de linguagem e padrões é a mídia, que vem cada vez mais exercendo influência significativa na sociedade. A mídia assim como as outras instituições sociais, que dialogamos, e estando inserida na sociedade patriarcal, capitalista e racista reflete preconceitos e discriminações.

Para as crianças, na mídia, a maior parte dos desenhos animados, assim como as histórias retratadas nos livros infantis, apresenta o padrão de homens e meninos brancos fortes e heróis e de mulheres, princesas e meninas brancas frágeis, expressando a dimensão racista e de discriminação de gênero<sup>2</sup>.

Nas novelas é comum ver os papéis diferenciados que homens e mulheres ocupam, como também, a imagem do negro, que é retratado sempre com papéis de faxineiro, ladrão drogado ou escravo, raras vezes aparecendo como protagonista principal. Já as mulheres negras desempenham, na maioria das vezes papel de faxineiras, cozinheiras, amantes, etc. Por outro lado há também uma hipersexualização da mulher negra a exemplo da imagem das mulheres no carnaval, representadas na figura da globeleza.

---

<sup>2</sup> Apesar da produção ou reedição de histórias infantis como Malévola, Valente, Frozen e outros filmes que questionam a mulher como frágil e a coloca como protagonista de sua própria história, estes são exceção e não inserem a personagem de crianças negras.





Todos esses elementos levam a criança, principalmente as meninas e mulheres negras a negarem suas raízes culturais e buscarem se adequar a um padrão padronizado de menina e mulher ideal na sociedade. Temos assim, reforçado por todas as instituições, no que se refere ao padrão de beleza que o cabelo “pixaim” é ruim e o cabelo liso é “bom” fazendo com que muitas meninas negras, desde a infância tenham “vergonha” do seu cabelo e busque adequá-lo ao padrão de beleza estabelecido socialmente, fazendo processos de alisamentos definitivos. Mesmo famílias negras não estão isentas deste processo, reforçando aprendizados de opressão seculares, de uma geração para outra.

Apesar das lutas protagonizadas pelas mulheres negras na sociedade brasileira, do aumento de suas organizações políticas e da visibilidade de suas pautas, o preconceito e discriminação ainda é recorrente e mantém os índices estatísticos de desigualdade. Assim, afirmamos que uma mudança neste quadro implica uma articulação de lutas e mudanças em diversas instâncias da sociedade.

### **Conclusões.**

As práticas educativas presentes em qualquer sociedade expressa não somente o tempo histórico e contexto social em que se desenvolvem, mas também as ideias dominantes de determinado período. Ideias estas que ao longo da história cotidiana e oficial excluíram mulheres e população negra como sujeitos dos seus próprios processos educativos impondo-lhes uma cultura externa que orienta todas as relações sociais, desde o âmbito doméstico a espera das políticas públicas.

A educação é um trabalho social, seu significado, sua importância é resultado do que a sociedade faz dela. Isso, por sua vez, depende do grau de desenvolvimento social, do nível de exigência dos indivíduos e das possibilidades políticas e econômicas do momento, mediadas pelas relações concretas estabelecidas na luta social. E, quando falamos de lutas sociais, queremos dizer que a sociedade não é uma grande confraria, harmônica e pacífica, muito ao contrário, é um espaço de lutas, de conflitos e disputas. Dito de outro modo, significa afirmar que a educação não é algo neutro, ela reflete e é marcada pelas lutas travadas nas disputas pela sobrevivência em sociedade. (ORSO;GONÇALVES;MATTOS,2013, p.8).

Acrescentamos que não se trata de uma luta apenas pela sobrevivência, mas pelo controle do direcionamento político, social e econômico da sociedade, por isso ainda há explicitamente a recusa, não aceitação e ausência de



reconhecimento da população negra em determinados espaços ocupacionais, pela sociedade brasileira ainda trazer em seu bojo uma herança colonial racista da chamada “casa grande”.

Desta forma, explítamos que não é apenas o acesso a políticas públicas que garante a igualdade entre a população, assim como não é apenas no espaço educacional que é possível superar tais desigualdades. Somente com o enfrentamento ao racismo e a desigualdade entre homens e mulheres postos na dimensão estrutural de organização da sociedade é que poderemos pautar transformações mais estruturadoras no que se refere a situação das mulheres e população negra no Brasil.

### **Referências bibliográficas.**

ALMEIDA, Janaiky Pereira. **Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina**. Brasília: UnB, 2017 (Tese – Doutorado em Política Social).

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Trad. Sérgio Milliet. 2ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2v.

CARBONI, Florenci; MAESTRI, Mário. **A linguagem escravizada**: língua, história, poder e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

FREIRE, Dheniffer José Ferreira; CISNE, Mirla. **EDUCAÇÃO PÚBLICA E HETEROSSEXISMO**: uma análise de expressões ideológicas do patriarcado no ensino fundamental. São Luiz/Maranhão: UFMA, Ago. 2015. (VII Jornada Internacional políticas públicas – Universidade Federal do Maranhão).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50 ed. Rev. Atualizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **EDUCAÇÃO, RAÇA E GÊNERO: RELAÇÕES IMERSAS NA ALTERIDADE**. Abr, 1996. (I Conferência: Relações Étnicas e Raciais na América Latina e Caribe).

IPEA. **Retratos das desigualdades de gênero e raça – 1995-2015**. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf). Acesso em 18/08/2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 4 ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1996.

MOREIRA, Walter. Revisão de Literatura e Desenvolvimento Científico: conceitos e estratégias

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

[www.coprecis.com.br](http://www.coprecis.com.br)



**COPRECIS**  
CONGRESSO NACIONAL DE  
PRÁTICAS EDUCATIVAS

para confecção. In: **Janus, Lorena**, ano 1, nº 1, 2º semestre de 2004.

NASCIMENTO, Antônia Camila de Oliveira. **Educação sexista**: uma reprodução da ideologia patriarcal. (II CONEDU - Congresso Nacional de Educação).

ORSO,, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria. (Orgs.). **Educação e luta de classes**. 2ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.